

**HABEAS CORPUS Nº 502.211 - SP (2019/0093992-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIZ REDIGOLO DONATO  
**ADVOGADO** : ANDRE LUIZ REDIGOLO DONATO - SP305781  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VINICIUS GUILHERME GAGINI (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **VINICIUS GUILHERME GAGINI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que indeferiu o pleito liminar.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante ausência de elementos concretos para a custódia cautelar. Destaca a primariedade do agente, os bons antecedentes, ter residência fixa e emprego lícito, bem como que nenhum entorpecente foi encontrado em seu poder.

Salienta ser suficiente à hipótese, a aplicação de medidas alternativas ao cárcere.

Pugna pela superação da Súmula 691 do STF.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória.

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido, confira:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou

teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017)

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, em um primeiro exame, há elementos suficientes para a manutenção da custódia cautelar, *in verbis*:

"2. Indefiro a liminar.

Não se vislumbram, na espécie, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* a justificar a concessão da liminar. Esta só é cabível quando de plano, numa cognição sumária, constata-se a plausibilidade do direito alegado e, diante dela, o risco de que eventual demora da prestação jurisdicional acabe por inviabilizar a obtenção da providência que se pleiteia, o que não se verifica no caso ora em tela.

O paciente foi preso em flagrante em circunstâncias que, à primeira vista, podem configurar a noticiada traficância.

Consta dos autos que policiais militares, após recebimento de denúncia anônima de que um indivíduo estaria praticando o tráfico de drogas em determinado local, utilizando-se de menores de idade para a venda dos entorpecentes, para lá se dirigiram. De posse das características e do nome do suposto traficante, os policiais avistaram e abordaram o paciente. Em revista pessoal foram encontradas uma cédula de R\$ 100,00 e um aparelho celular.

Indagado, o paciente ficou nervoso e correu para um bar, mas foi detido. Em revista ao local dos fatos, os policiais lograram êxito em localizar, enterrado em um monte de areia, um saco plástico contendo 16 *ependorfs* de cocaína (6,96g) e 13 invólucros de maconha (17,56g).

Tais fatos encontram apoio na investigação. Há, pois, indícios suficientes de autoria.

A natureza das drogas, a forma como foram acondicionadas, a denúncia anônima informando que o paciente realizava o tráfico de drogas no local e as circunstâncias da prisão indicam comercialização de entorpecentes com contornos de habitualidade, o que aponta para a necessidade da custódia cautelar.

A decisão impugnada encontra-se, *prima facie*, satisfatoriamente fundamentada 1 .

De outra parte, a argumentação atinente à desproporcionalidade da segregação cautelar com possível pena a ser aplicada, se houver condenação, não tem o condão de gerar efeitos sobre o *status libertatis* do paciente.

Ademais, consoante constou da decisão recorrida, o paciente possui ato infracional anterior equiparado ao tráfico de drogas.

A reiteração criminosa evidencia a periculosidade e, *prima facie*, é fundamento suficiente à negativa de liberdade provisória, pois denota a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.

No mais, a análise da argumentação acerca da subsunção da conduta da paciente, sob o enfoque do não cometimento do delito, não se compadece com a celeridade e sumariedade características desta fase processual, que não permite aferição aprofundada dos elementos

da ação proposta pelos impetrantes e dos documentos que a acompanham.

A questão, diante disso, deve ser endereçada à Colenda Turma Julgadora, a quem caberá apreciar a matéria após o processamento do presente habeas corpus" (e-STJ, fls. 87-89).

Assim, da leitura atenta da decisão impugnada, não verifico, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

